ILAESE
Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos
www.ilaese.ogr.br

CONTRA-CORRENTE
A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais
Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE
Ano 12, N° 98 - Março de 2023

Caso Avibras:
um capítulo da recolonização do Brasil

Neste número do Contracorrente trazemos os resultados de estudo do ILAESE sobre a Avibras, empresa brasileira produtora de materiais bélicos pesados. O quadro traçado na pesquisa permite conhecer um caso exemplar da recolonização brasileira.

O material original foi uma parceria do instituto com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Boa leitura!

O que a *Avibras* produz?

A Avibras é a maior empresa privada do segmento de Defesa do Brasil, sendo a principal fabricante de mísseis, lançadores de foguetes, veículos blindados, bombas inteligentes, sistemas de comunicação por satélite e Veículos Aéreos Não Tripulados (Vants).

Além disso, é parte importante do tripé em que se baseia o Complexo Industrial de Defesa brasileiro, junto com a Embraer e a Imbel. Domina 25% do mercado mundial dos seus produtos, fatia similar ao mercado que têm os Estados Unidos, seguido da Rússia, com 20%, e da China, com 10%.

Participa do Programa Espacial Brasileiro, com fabricação de motores para foguetes. Possui contratos estratégicos com as FA brasileiras, como o Astros 2020, um sistema lançador de foguetes e mísseis que alcançam 300 km com margem de erro do alvo de apenas seis metros. Esse sistema é um dos mais avançados do mundo e tem espaço para ocupar o mercado internacional.

A empresa desenvolve também um míssil ar-ar de combate aéreo A-Darter, que vai equipar os caças suecos Gripen, comprados pelas FA brasileiras. Outro projeto realizado em convênio com as FA é o Skyfire, sistema de foguetes ar-terra de 70 mm. A Avibras também está produzindo um míssil anti-navio de superfície (Mansup) para a Marinha do Brasil.

Por tudo isso, em 2014, a Avibras foi certificada pelo Ministério da Defesa como Empresa Estratégica de Defesa. Contraditoriamente, hoje 85% de suas receitas vêm das exportações para outros países.

Uma força de trabalho *altamente qualificada*

A Avibras possui 1.393 trabalhadores[1] em suas três plantas (São José dos Campos, Jacareí e Lorena), sendo que 352 estão em *layoff*. Além da qualificação permanente fornecida pela própria empresa, 44% dos funcionários possuem ensino superior completo. Por participarem de programas estratégicos das três Forças Armadas, os trabalhadores precisam de determinados treinamentos e atualizações.

O Exército mantém uma comissão de engenheiros da mais alta qualificação, denominada Comissão de Absorção de Conhecimento e Transferência de Tecnologia na Avibras (CACTTAV). Seu papel é acompanhar os projetos de pesquisa e desenvolvimento celebrados entre a Avibras e o Exército brasileiro. Mesmo mantendo um programa de qualificação permanente, os trabalhadores dos setores operacionais e técnicos acumulam uma carga horária em treinamento ainda aquém dos projetos desenvolvidos pela empresa.

Apesar da cadeia produtiva do setor bélico ser bastante complexa, a Avibras terceiriza a produção de todas as peças primárias de aço carbono. A lançadora de foguetes, parte fundamental do principal produto, e o assoalhado de carbono vêm de terceiras. Hoje, são mais de 200 empresas que fornecem serviços ou peças para a Avibras. Destas, metade são de pequeno porte. Em 2021, o gasto total com terceirização foi de R$ 259.470.225,47. Essa cadeia de produção alimenta ao menos 9 mil empregos qualificados no Estado de São Paulo.

1 (MTE-RAIS 2021; Novo CAGED 2022)

Crises privadas, prejuízos para *todos*

Ao longo da sua história, a Avibras entrou com pedidos de recuperação judicial em 1990, 2008 e 2022. Em 2008, o plano aprovado resultou na demissão de mais de 350 trabalhadores. Em 2022, houve a tentativa de demitir 420, o que foi barrado pelas mobilizações e ações jurídicas do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

O histórico das crises está diretamente ligado à instabilidade do mercado internacional de Defesa. Como mais de 80% da produção da Avibras é para outros países, todo evento adverso em nações ou regiões consumidoras dos produtos da empresa brasileira faz com que uma crise se instale.

Para a empresa reerguer-se das crises, parcerias com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas foram vitais no decorrer de sua história. No ano de 2011, a aquisição do Astros 2020 para o Exército Brasileiro possibilitou que a Avibras pudesse sair do endividamento.

Estando nas mãos de capital privado e com uma gestão voltada para os interesses do mercado, a Avibras colocou a crise na conta dos trabalhadores. A empresa entrou na Justiça com pedido de recuperação judicial no dia 18 de março de 2022. Em sua justificativa para o que ela chama de crise, a direção da Avibras aponta principalmente três fatores: o mercado internacional competitivo, a concorrência de empresas estrangeiras que contam com o suporte de seus países de origem e a pandemia da Covid-19.

Segundo o documento do Plano de Recuperação Judicial, praticamente todos os países do mundo, incluindo os clientes da Avibras, direcionaram seus investimentos e despesas para a área de Saúde, com drástica redução nos investimentos no setor de Defesa.

No mesmo dia em que entrou na Justiça com o pedido de recuperação judicial, a Avibras demitiu cerca de 30% da sua força de trabalho. Três dias após o corte, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região enviou carta ao então presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, relatando os fatos e pedindo reunião com urgência. Nunca houve resposta.

Organizados pelo Sindicato, os funcionários da Avibras iniciaram a luta contra as 420 demissões. Aconteceram greves, assembleias, passeatas, acampamento em frente à fábrica, caravana para Brasília, um seminário sobre a indústria de Defesa, entre outras iniciativas.

Exploração *dos* trabalhadores

Há uma tendência de rebaixamento salarial na Avibras. Tem sido constante a demissão de funcionários que recebem salários considerados altos para a contratação de outros com salários inferiores e piores condições de trabalho. A tendência pode ser conferida nos salários de 2020: enquanto a remuneração média era de R$ 7.980, os novos admitidos recebiam R$ 6.366.

A Avibras está, inclusive, no ranking das 250 empresas que mais exploram seus trabalhadores no país[2] . A taxa de exploração representa o quanto cada funcionário trabalhou "de graça" para a empresa em relação à riqueza produzida. Para esse cálculo, o Ilaese considerou a relação entre o lucro bruto da empresa e a remuneração total paga aos trabalhadores. No caso da Avibras, foram 4h35.

221	TEGMA	143%	4:42	5:18	5:26	5:21	4:39	4:33	5:14	São Bernardo C. - SP	Transporte
222	FERBASA	140%	4:39	3:10	4:57	4:48	3:26	4:47	3:35	Pojuca - BA	Siderurgia e Metalurgia
223	LINX	136%	4:36	4:32	4:55	4:46	4:47	4:50	4:55	São Paulo - SP	Indústria Digital
224	AVIBRÁS	134%	4:35	5:18	5:00	6:34	6:20	6:29	5:35	Jacareí - SP	Autoindústria
225	DASA	134%	4:35	4:33	4:43	5:03	4:49	4:18	4:25	Barueri - SP	Serviços de Saúde
226	TRANSPETRO	132%	4:33	4:04	3:53	3:51	4:10	4:43	4:38	Rio de Janeiro - RJ	Transporte
227	WHIRLPOOL	129%	4:30	3:46	3:28	4:01	3:39	3:41	4:17	São Paulo - SP	Eletroeletrônico
228	FRAS-LE	125%	4:26	4:01	4:13	3:59	4:16	4:24	4:07	Caxias do Sul - RS	Siderurgia e Metalurgia

AVIBRÁS	134%	4:35	5:18	5:00	6:34	6:20	6:29	5:35	Jacareí - SP	Autoindústria

A substituição da mão de obra qualificada para pagar salários menores rebaixa a qualidade dos produtos, aumenta a exploração da classe e compromete o capital intelectual do país. Os trabalhadores com mais experiência e, consequentemente, com salários mais altos estão sendo substituídos por novos, com salários menores. Os dados do Caged mostram que em 2022 foram desligadas 317 pessoas da Avibras, sendo 65,6% com ensino superior completo. Essas constantes demissões representam inevitável perda de qualidade nos processos.

Outro elemento essencial relacionado diretamente à manutenção dos empregos é a preservação do saber nacional adquirido por décadas. **Os trabalhadores da Avibras são responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico. Seu descarte contínuo é um atraso para o desenvolvimento nacional.**

A redução do quadro de funcionários e da média salarial tem o propósito de aumentar a margem de lucro dos acionistas.

2 Anuário Estatístico do Ilaese 2021

Estatização é *necessidade* urgente

O planejamento estratégico da Defesa nacional passa pela estatização das empresas do setor, integrando-as aos institutos científicos e universidades federais para permitir a fabricação de caças, armamentos pesados, cargueiros militares, navios de guerra, helicópteros de combate, foguetes, mísseis, submarinos, tecnologia aeroespacial e naval própria, sistemas eletrônicos e sistemas de comando e controle. Uma empresa desse tipo com financiamento estatal poderia projetar, inclusive, caças modernos e aviões de grande porte para concorrer com a Boeing e Airbus.

A partir dos números oficiais da Avibras sobre seu patrimônio líquido, segundo o Relatório Anual de 2021 (R$ 2.043.846.000, em 2021), o Governo Federal poderia estabelecer um valor para a compra integral da Avibras pela União, por um valor próximo a R$ 2 bilhões. Com isso, o Estado brasileiro gastaria menos de 5% do que investiu em Defesa no ano de 2022 (R$ 42,3 bilhões previstos no orçamento).

A proposta de estatização da Avibras se apoia na Lei Complementar nº 97 de 1999, em seu Artigo 14, Inciso II, que estabelece "Procura da autonomia nacional crescente, mediante contínua nacionalização de seus meios, nela incluídas pesquisa e desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional."

A própria Avibras, na justificativa para o pedido de recuperação judicial, reconhece a importância de um lastro estatal que lhe permita enfrentar os momentos de turbulência, como agora na pandemia: "Entretanto, não bastasse o mercado internacional de defesa ser altamente competitivo – tanto tecnologicamente como comercialmente –, a Avibras concorre diretamente com empresas estrangeiras de grande porte, altamente capitalizadas e com tecnologia de ponta, que contam com suporte dedicado de seus respectivos países de origem."

Com a estatização, seria possível fundir Avibras e Embraer, formando uma poderosa indústria estatal de Defesa. Hoje, as empresas de alta tecnologia do setor bélico estão desarticuladas de um projeto de desenvolvimento nacional: tanto Embraer, quanto Avibras funcionam para o lucro privado em detrimento dos interesses nacionais.

Essa reestruturação ampla também deveria incluir a Imbel, fábrica de armamentos do Exército Brasileiro, e os institutos tecnológicos, como o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), além de centenas de empresas de menor porte que compõem o complexo industrial militar.

Conclusão

As dezenas de bilhões de dólares que serão investidas no setor de Defesa do Brasil nas próximas décadas irão escoar para o exterior, se não houver mudança de orientação. Nesse sentido, é crucial o desenvolvimento e produção dos equipamentos de Defesa em território nacional. Além de garantir controle dos processos, o país não ficaria dependente de outros.

ILAESE em **Ação**

Em fevereiro de 2023, os pesquisadores Ana Paula Santana (foto), Nazareno Godeiro e Gustavo Machado, participaram do seminário A indústria de defesa no Brasil.

Clique aqui para assistir ao debate na íntegra.

ILAESE
Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos
ilaese.org.br

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.